

A Dirección de Antropología e o estabelecimento de um aparato institucional indigenista no México revolucionário (1917-1924)

Nathália Alves Louzada Boaventura

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil

cl.nathalia.historia@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa o estabelecimento de um aparato institucional indigenista a partir do processo revolucionário mexicano, por meio da criação da *Dirección de Antropología*, em 1917. Idealizado e dirigido pelo antropólogo e arqueólogo Manuel Gamio, o órgão estatal foi concebido com o objetivo de desenvolver pesquisas científicas sobre o território e a população do México, especialmente os povos indígenas. Estes estudos, por sua vez, pretendiam embasar políticas públicas que promoveriam a incorporação dos grupos étnicos e a integração da nação. Assim, buscamos compreender em que medida a fundação da *Dirección de Antropología* simbolizou uma mudança de paradigma na política oficial direcionada aos indígenas, ao deslocar a questão para uma esfera institucional. Para tanto, aliamos a análise da constituição de uma nova organização administrativa estatal indigenista à atuação de um dos principais ideólogos do indigenismo mexicano.

Palavras-chave: Indigenismo. México. Manuel Gamio. Nação. Revolução Mexicana.

Introdução

A questão indígena figurou constantemente na história e nos debates intelectuais mexicanos. Até o início do século XX, tais problemáticas mantiveram-se bastante circunscritas no âmbito discursivo, sem representarem, de fato, uma política amplamente institucionalizada. Contudo, ao longo da primeira metade daquele século, especialmente a partir do processo revolucionário iniciado em 1910, Estado e intelectuais mexicanos promoveram uma mudança nesse cenário, atribuindo ao indigenismo uma dimensão de práxis de transformação social, consolidando-o não apenas como uma ideologia, mas como uma política oficial.

Nesse sentido, este trabalho se dedica à análise do estabelecimento de um aparato institucional indigenista no México durante o contexto revolucionário, evidenciado pela fundação da *Dirección de Estudios Antropológicos e Etnográficos*, em 1917. Nomeada como *Dirección de Antropología*, em 1919, a instituição foi idealizada pelo antropólogo e arqueólogo Manuel Gamio com o objetivo de desenvolver estudos sobre o território e a população mexicana, principalmente a de origem indígena, que “até o momento [...]”

permaneceu desconhecida nos seus aspectos mais transcendentais e, portanto, foi mal governada” (MÉXICO, 1918, p. 15-16).¹ Essas investigações pretendiam compreender o país em seus mais variados aspectos e fornecer embasamento para a formulação políticas, que promoveriam melhorias nas condições de vida da população e a progressiva incorporação dos grupos étnicos.

Em vista disso, consideramos que a criação de um órgão nos moldes da *Dirección de Antropología* está diretamente relacionada ao estabelecimento de uma ordem político-institucional ligada ao indigenismo, que ganhou força a partir do contexto revolucionário. Desse modo, procuramos demonstrar que, no final da década de 1910, já havia um delineamento de políticas indigenistas que evidenciam a construção de um aparato de poder do Estado, que buscava subordinar os grupos étnicos a um projeto nacionalista revolucionário.

Embora a política indigenista mexicana oficial tenha se consolidado, sobretudo, nas décadas seguintes, é importante considerar que tais práticas foram sendo construídas progressivamente e que o Estado mexicano se empenhou em interferir nas relações étnicas no contexto revolucionário, com o intuito de promover a unificação nacional. Miguel Ángel Sámano Rentería (2004) afirma que o período que antecede o indigenismo institucionalizado, delimitado entre 1909 e 1934, não pode ser considerado um momento carente de políticas indigenistas. Pelo contrário, esta é uma conjuntura marcada por uma série de concepções sobre a questão indígena, em que se originaram as políticas de assimilação dos grupos étnicos mexicanos (SÁMANO RENTERÍA, 2004, p.142).

Assim, na condição de um dos primeiros órgãos estatais mexicanos responsáveis pela produção de conhecimento sobre os povos indígenas e pelo desenvolvimento da Antropologia no México, a *Dirección de Antropología* se mostra um objeto de estudo potencialmente relevante para a compreensão das condições sócio históricas de produção do pensamento indigenista no contexto revolucionário, evidenciando os espaços e mecanismos de circulação desse ideário. Logo, interessa-nos examinar a relevância de uma instituição que desempenhou uma importante função no processo de reorganização política e social do México, uma vez que contribuiu para cristalizar ideias acerca da nação e propagar o discurso indigenista no país. Investigar tais composições é também verificar as relações e dinâmicas de poder atuantes nos imaginários e os processos de regulação da vida coletiva.

¹ No original: “Hasta la fecha [...] ha permanecido desconocida en sus aspectos más transcendentales y por lo tanto ha sido deficientemente gobernada”.

A atuação do antropólogo e arqueólogo mexicano Manuel Gamio foi imprescindível nesse processo que se conformou no México pois, além idealizar e coordenar a *Dirección de Antropología*, contribuiu para converter os indígenas em objeto de interesse e estudo. Ao longo de sua trajetória, o intelectual se dedicou a delinear as bases teóricas e institucionais do indigenismo mexicano, mobilizando um discurso que atrelava a viabilidade de construção da nação à incorporação dos grupos étnicos à sociedade nacional. Tal retórica impactou não apenas o projeto nacionalista revolucionário, como fundamentou, em grande medida, o estabelecimento de políticas indigenistas nas décadas posteriores. Dessa forma, acompanhar um dos principais ideólogos do indigenismo mexicano nos permite identificar importantes questões envolvidas nos debates político-intelectuais que perpassaram o tema no período.

Para o desenvolvimento deste trabalho, analisamos o papel desempenhado pela instituição na produção de conhecimento sobre a população e o território mexicano, bem como na difusão do indigenismo, investigando os modos pelos quais se operou a apropriação de um passado indígena e a valorização de uma identidade nacional mestiça a partir do processo revolucionário. Examinamos, entre outras fontes, trabalhos produzidos por Manuel Gamio e documentos oficiais relacionados à *Dirección de Antropología* e à *Secretaría de Agricultura y Fomento*, ministério ao qual o órgão esteve vinculado, a fim de compreender as diretrizes e objetivos que os orientaram. Centramos a análise, sobretudo, nas fontes “*Organización y tendencias de la Secretaría de Agricultura y Fomento*”, no “*Programa de la Dirección de Estudios Arqueológicos y Etnográficos*”, no “*Boletín Extraordinario de la Secretaría de Agricultura y Fomento*” e nas obras “*Forjando patria (pro-nacionalismo)*” e “*La población del Valle de Teotihuacán*”, que forneceram elementos importantes sobre o pensamento de Gamio e a dinâmica de funcionamento das instituições.

O referencial teórico-metodológico da pesquisa foi construído com base na Nova História Política, especialmente a partir das contribuições da História dos Intelectuais. Esse movimento de renovação abriu espaço para novas temáticas e possibilitou um alargamento da esfera do político, deslocando para o centro dos debates as questões referentes às relações de poder. Segundo Jean-François Sirinelli (2003), a história dos intelectuais se constituiu como “um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural” (SIRINELLI, 2003, p. 232). O enfoque central dessa vertente também contribuiu para converter os intelectuais em objeto de pesquisa, ampliando a

compreensão sobre estes sujeitos e a noção do termo intelectual. Nesse sentido, o historiador francês considera que umas das proposições mais importantes desse movimento de renovação consiste justamente em resgatar o papel dos intelectuais “como atores do político”.

Portanto, a história dos intelectuais se configura como um norte teórico-metodológico fundamental para pensarmos o papel de figuras como Manuel Gamio e as práticas políticas estabelecidas pelos mesmos por meio de instituições, produções, associações e cargos públicos. Por isso, neste trabalho, as discussões sobre tais agentes ganham forma por meio de uma abordagem que nos permite historicizar percursos intelectuais, refletir sobre os “itinerários” e investigar os espaços de sociabilidade, em um exercício que contribui para a compreensão das dinâmicas envolvidas nas relações entre intelectuais e o poder.

Indigenismo e mestiçagem no discurso nacionalista revolucionário mexicano

A questão indígena deu corpo a um amplo debate intelectual sobre a natureza das identidades latino-americanas, viabilizando a construção de ideais de nação e influenciando a formação de uma tradição político-cultural de amplitude continental. Convertido em um dos fenômenos mais importantes da América Latina, o indigenismo fundamentou culturas nacionais, que evocaram uma herança pré-hispânica e fomentaram uma ideologia da mestiçagem como elemento constitutivo das identidades.

Dessa maneira, o indigenismo se constituiu como fenômeno essencialmente latino-americano, mas amplo e diverso em suas expressões. Apesar de suas variantes, é possível estabelecer conexões ideológicas e identificar aspectos compartilhados entre as suas manifestações. Além da valorização de elementos culturais pré-hispânicos, pode-se afirmar, como demonstram Luis Villoro (1996, p. 8) e Michiel Baud (2003, p. 65), que o indigenismo se configurou como um conjunto de concepções de não indígenas que procuraram, ao longo do tempo, atuar pelos povos indígenas e produzir reflexões sobre a posição destes grupos na sociedade nacional. Nesse sentido, como se trata de um movimento que buscava representar o outro em sua alteridade, é imprescindível ponderar que, em diversos momentos, as demandas étnicas, sociais e os interesses das próprias comunidades indígenas foram ignorados.

Analisando a constituição histórico-filosófica do indigenismo ao longo do tempo, Luis Villoro (1996) propõe alguns momentos fundamentais para o fenômeno, que manifestam distintas conceituações indigenistas. Interessa-nos, aqui, o último período

identificado pelo autor, que diz respeito a uma “nova orientação de preocupação histórica e social que culmina no indigenismo contemporâneo” (VILLORO, 1996, p. 15).² Este momento também é destacado em termos de importância por Henri Favre (1998) que, embora localize as origens do indigenismo nos primeiros contatos estabelecidos entre os europeus e os povos nativos, ressalta a sua relevância a partir da segunda metade do século XIX, ocasião em que os países latino-americanos buscavam se estruturar enquanto nações. Nesta conjuntura, o indigenismo se desenvolveu como um “movimento ideológico de expressão literária e artística, mas também política e social, que considera o índio no contexto de um problema nacional” (FAVRE, 1998, p. 7-8).³

No México, assim como na América Latina, o indigenismo se conformou na longa duração como uma corrente de pensamento permanente e difusa que perpassa toda a história, tendo seus debates mais acentuados em determinados períodos. Embora se constitua como um fenômeno complexo, diverso em suas expressões e persistente na história do país, neste trabalho, ressaltamos a importância do indigenismo mexicano contemporâneo, relacionando sua emergência ao contexto revolucionário, tal como destaca Guillermo Bonfil Batalla (1970, p.41).

Além de provocar significativas transformações políticas, sociais e culturais no país, a experiência revolucionária mexicana, iniciada em 1910, estimulou o desenvolvimento de reflexões a respeito dos problemas nacionais, permeados por questões referentes à identidade e à constituição da nação.⁴ No campo simbólico, o reconhecimento das particularidades latino-americanas e a valorização do passado indígena passaram a fundamentar uma política cultural nacionalista, que pretendia fomentar uma identidade compartilhada e unificar o México.

Engendrar uma identidade a partir da noção de uma cultura homogênea pressupõe evocar tradições e uma origem comum. Então, a herança pré-hispânica foi acionada como o instrumento capaz de conferir uniformidade à nação. Nesse sentido, intimamente relacionado à Revolução, o indigenismo se inseriu nos debates intelectuais mexicanos embasando o desenvolvimento de discursos e projetos nacionais que se pautavam por uma ideologia de valorização da mestiçagem e defesa de uma integração

² No original: “nueva orientación de preocupación histórica y social que culmina en el indigenismo contemporáneo”.

³ No original: “movimiento ideológico de expresión literaria y artística, aunque igualmente político y social, que considera al indio en el contexto de una problemática nacional”.

⁴ Para compreender melhor o nacionalismo mexicano, é importante considerar todos os acontecimentos relacionados, principalmente, ao século XIX, que incluem as lutas de independência, o anti-imperialismo, os conflitos internos, as contradições do desenvolvimento do país e a participação dos setores populares.

nacional. Essa concepção ideológica foi adotada por diversos governos e difundida de variadas formas.⁵

Não obstante a diversidade de grupos, propostas e demandas sociais, os setores revolucionários vitoriosos procuraram definir um projeto que priorizava o apaziguamento social, o estabelecimento de um regime político mais estável e a progressiva adequação do corpo social ao modelo adotado como um programa nacional ideal. Estes elementos foram considerados imprescindíveis à efetivação de um plano de unificação que representava, em suma, a subjugação de reivindicações e a convergência de um projeto nacional integrador.

De modo geral, a ideia de incorporação dos diversos grupos sociais estava vinculada ao conceito de integração nacional, que consistia na implementação de um conjunto de programas e políticas de Estado que visavam fortalecer uma cultura nacional unificada, mediante a ações sociais, educativas e culturais. Por isso, ainda durante o processo revolucionário, foram elaboradas estratégias que previam a transformação das culturas nativas e a conversão do indígena em mestiço.

Pablo Yankelevich (2017) observa que umas das ideias estabelecidas pela Revolução mexicana foi a concepção de que a mestiçagem representava um dos fundamentos da nação. Utilizado como um dispositivo identitário, esse componente foi mobilizado pelo nacionalismo revolucionário para conformar imaginários e legitimar poder. Esse processo, que mesclava o passado indígena e os séculos de dominação colonial, teria conferido à nação mexicana um significado histórico próprio, de tal modo que “no México ainda é difundida uma opinião de que ser mestiço é a única forma de ser genuinamente mexicano”⁶ (YANKELEVICH, 2017, p.130-132).

Para Mariano Báez Landa (2009), “a concepção ideológica do México mestiço, revolucionário e nacionalista do século XX se apropriou da existência de um passado indígena glorioso e com valores positivos”.⁷ Então, essa herança pré-hispânica idealizada e a figura do indígena foram ressignificados e sintonizados ao projeto nacional revolucionário, passando a ser apresentados constantemente nas crônicas da história

⁵ Vale lembrar que as revoltas que eclodiram no México foram integradas por grupos distintos, provenientes de estratos sociais e regiões diferentes que, conseqüentemente, possuíam programas específicos, ainda que a versão oficial da história da Revolução tenha tentado ignorar esse fato. Logo, é importante considerar a heterogeneidade dos projetos nacionalistas e dos grupos em embate durante o processo revolucionário.

⁶ No original: “en México aún es extendida la opinión de que ser mestizo es la única manera de ser genuinamente mexicano”.

⁷ No original: “la concepción ideológica del México mestizo, revolucionario y nacionalista del siglo XX, se apropió de la existencia de un pasado indio glorioso y con valores positivos.”

épica nacional e acionados como origem comum. Como o México deveria se transformar em uma nação moderna, o indígena precisaria deixar de ser um elemento estranho para se tornar parte integrante de um todo. Por isso, “em contrapartida, a existência dos índios contemporâneos exigia ser transformada e incorporada à nova vida nacional, que os exigia como trabalhadores” (BÁEZ LANDA, 2009, p. 56).⁸

Nessa perspectiva, o fomento de uma identidade única seria conduzido pela atuação de um Estado forte, coeso e unitário que, com a orientação de intelectuais, se responsabilizaria pela organização do ordenamento social e pelo controle da diversidade sociocultural do território. Alan Knight (2004) observa que a insistência do papel do Estado como um árbitro social foi um dos aspectos mais presentes na ideologia revolucionária. Logo, a resolução dos conflitos decorrentes da diversidade da sociedade se tornaria uma prioridade das políticas oficiais (KNIGHT, 2004, p.24).

Esses elementos impõem a necessidade de considerar que o indigenismo mexicano não se configurou apenas como discurso ideológico, mas também como prática política, que buscava a transformação social e cultural da população. Destacamos, dessa maneira, a importância de examiná-lo a partir das relações entre o Estado e os grupos étnicos que o compõem, visto que analisar o indigenismo que se desenvolveu no México pressupõe compreender que seu objetivo enquanto prática foi o de construir e manter uma ideologia de Estado intimamente ligada ao nacionalismo, com fortes consequências para os grupos indígenas (SILVA, 2012, p.19).

Manuel Gamio: a construção da nação como missão do intelectual

Nesse contexto se destaca a figura do antropólogo e arqueólogo mexicano Manuel Gamio Martínez (1883-1960). Como observamos, seu pensamento e atuação se inserem em uma conjuntura de efervescências político-sociais e desenvolvimento de debates sobre a identidade nacional mexicana, que tiveram como ponto central a questão indígena. Iniciadas no século XIX, essas discussões ganharam ênfase a partir da Revolução e se tornaram um tema recorrente em reflexões que buscavam compreender o lugar dos povos indígenas na nova realidade social.

Nascido na Cidade do México em 1883, Manuel Gamio iniciou a sua formação acadêmica em 1906, no Museu Nacional, onde cursou Arqueologia, Etnologia e

⁸ No original: “en cambio, la existencia de los indios contemporáneos demandaba ser transformada e incorporada a la nueva vida nacional, que los requería en calidad de trabajadores”.

Antropologia Física, e trabalhou como auxiliar nos estudos de História (MATOS MOCTEZUMA, 1972, p. 9). Na instituição, teve contato com importantes nomes da intelectualidade do período e participou de projetos de investigação e expedições arqueológicas pelo país. Em uma dessas ocasiões, conheceu a pesquisadora norte-americana Zelia Nuttall, que o colocou em contato com o antropólogo Franz Boas. A partir da mediação, o mexicano conseguiu uma vaga no curso de pós-graduação da Universidade de Columbia, onde estudou entre 1909 e 1911.

Depois de concluir os estudos nos Estados Unidos, Gamio retornou ao México em pleno processo revolucionário, assumiu o cargo de inspetor e curador interino da *Inspección General de Monumentos Arqueológicos* e passou a se dedicar cada vez mais à análise e interpretação da realidade social mexicana. Pretendendo contribuir com os debates sobre a reconstituição do país e a configuração de um projeto nacional, publicou, em 1916, *Forjando patria (pro-nacionalismo)*. O trabalho, composto por um conjunto de ensaios escritos ao longo dos anos, conquistou um grande prestígio, sendo considerado um programa de ação para a unificação nacional (REYNOSO JAIME, 2013, p. 336).

Na obra, Manuel Gamio produziu reflexões sobre o país e defendeu a tese de que a nação seria estabelecida por meio da unificação dos distintos setores que integravam o México, especialmente os povos indígenas. Partindo dessa concepção, postulou um discurso indigenista que exaltava o processo de mestiçagem e reconhecia esses grupos como parte constitutiva do povo mexicano. Assim, elaborou um programa conformado por quatro pilares centrais, que diziam respeito à fusão de “raças”,⁹ convergência das manifestações culturais, unificação linguística e equilíbrio econômico dos elementos sociais (GAMIO, 1916, p. 325).

Embora houvessem compreensões distintas sobre o tema, a retórica de incorporação se consolidou como uma perspectiva dominante nos debates do período e pautou políticas direcionadas aos povos indígenas nos anos seguintes. Desse modo, apesar de não ter participação direta nos conflitos que eclodiram no México a partir de 1910, Manuel Gamio encabeçou os debates que mobilizaram as elites intelectuais e políticas do país nesse contexto. Além disso, reconhecendo o papel do Estado e das instituições no processo de reorganização do ordenamento social, procurou integrar os quadros da administração em diferentes governos, atuando, inclusive, nas principais

⁹ Embora tenha procurado fugir do enfoque racial, adotando um método de análise mais alinhado a uma abordagem sociocultural, Manuel Gamio utilizou recorrentemente o termo “raça” em *Forjando patria*. Contudo, nos parece que o conceito foi mobilizado em um sentido mais amplo, não se referindo apenas às características fenotípicas e genotípicas, mas também aos aspectos culturais dos grupos humanos.

instituições de caráter indigenista do país. Logo, produziu grande parte de suas reflexões sobre a realidade social mexicana como funcionário estatal, contribuindo para a construção de um projeto que buscava a integração nacional, evocando uma herança indígena e o ideal de um país mestiço. Nesse sentido, Manuel Marzal (1998) destaca que a trajetória do intelectual se confunde com a própria biografia do renascimento do indigenismo no México (MARZAL, 1998, p. 442).

A fundação da Dirección de Antropología e o estabelecimento de um aparato institucional indigenista no México

A *Dirección de Estudios Arqueológicos y Etnográficos* foi idealizada em um contexto de transformações provocadas pelos conflitos sociais e políticos internos que eclodiram no México a partir de 1910. Essa experiência intensificou os debates sobre os problemas nacionais, especialmente os ligados às demandas agrárias e às relações interétnicas. Portanto, a fundação do órgão estatal se insere em uma conjuntura de transição e reconstrução nacional, que assinala a emergência e a cristalização de novas concepções, em um período marcado pelo triunfo do poder constitucionalista e pela necessidade de consolidar um projeto político de alcance nacional, como observa Pablo Yankelevich (1999, p. 245). Neste cenário, foram concebidas uma série de reformas administrativas no âmbito federal, que impulsionaram o surgimento de instituições que iriam definir a vida política mexicana nas décadas seguintes.

A fundação do órgão, realizada no mesmo ano de promulgação da nova Constituição mexicana de 1917, foi resultado de uma persistente mobilização de Manuel Gamio, que à época coordenava a *Inspección General de Monumentos Arqueológicos*, vinculada à *Secretaría de Instrucción Pública y Bellas Artes*.¹⁰ Como não havia encontrado um ambiente favorável para criação do departamento no ministério em questão, apresentou o projeto ao então ministro da agricultura e desenvolvimento, Pastor Rouiáx,¹¹ que ofereceu apoio caso a ideia fosse autorizada pelo Congresso. O mexicano, então, empreendeu uma intensa campanha para que sua proposta fosse acolhida,

¹⁰ É importante salientar que as Secretarias de Estado no México têm função semelhante aos ministérios no Brasil.

¹¹ Pastor Rouiáx (1874-1950) se converteu em uma figura notoriamente envolvida em questões relacionadas às demandas agrárias no México. Durante a Revolução, integrou a Divisão do Norte e foi nomeado chefe da Secretaría de Estado y del Despacho de Fomento, Colonización y Industria, em 1914. Posteriormente, o ministério foi reformulado e passou ser chamado de Secretaría de Agricultura y Fomento. Rouiáx também colaborou na redação da Lei agrária de 6 de janeiro de 1915, presidiu a Comissão Nacional Agrária, em 1916 e teve uma importante atuação no congresso constituinte.

comparecendo às deliberações relativas ao tema e apresentando os argumentos necessários para convencer os legisladores (GONZÁLEZ GAMIO, 2003, p.61).

Gamio também logrou espaço para a divulgação de seu projeto durante a participação no II Congresso Científico Pan-americano, realizado em Washington, entre dezembro de 1915 e janeiro de 1916. No evento, defendeu a importância do governo mexicano instituir um órgão estatal responsável por estudar os grupos sociais que compunham o país, priorizando os povos indígenas, já que haviam sido historicamente negligenciados.¹² O antropólogo e arqueólogo mexicano também ampliou a sugestão a nível continental, recomendando que os membros dos demais países considerassem “como obra pan-americana de grande importância, a criação de institutos semelhantes” (GAMIO, 1917, p.377).¹³ A medida seria importante porque:

Infelizmente, em quase todos os países da América Latina se desconhecera e desconhecem, oficial e particularmente, a natureza e as necessidades das respectivas populações, de modo que sua evolução sempre foi anormal. De fato, a minoria formada por pessoas de raça branca e de civilização derivada da europeia, se preocupou apenas em promover seu próprio progresso, deixando abandonada a maioria de raça e cultura indígenas (GAMIO, 1917, p.375).¹⁴

No texto, também observou que a ineficiência de leis e governos anteriores ao lidar com a questão indígena seria fruto de uma ausência de estudos adequados sobre esses grupos. Assim, em sua concepção, era fundamental que o Estado se responsabilizasse pelo estímulo à produção de conhecimento, já que “a única maneira de conhecer as famílias indígenas em seu tipo físico, sua civilização e seu idioma, consiste em investigar seus antecedentes pré-coloniais e coloniais e suas características contemporâneas com critérios antropológicos” (GAMIO, 1917, p.375).¹⁵ Essas pesquisas não deveriam se limitar, contudo, à atividade meramente especulativa, mas possuir como finalidade a transformação da realidade social de grupos e indivíduos. Pautado por essa

¹² Sua proposta foi registrada no artigo “El Instituto Antropológico Central de México”, publicado nos anais do evento. A respeito da sugestão de Gamio sobre o instituto, consultar: GAMIO, 1917.

¹³ No original: “como obra panamericana de alta transcendia la creación de institutos análogos”.

¹⁴ No original: “Desgraciadamente, en casi los países latinoamericanos se desconocieron y desconocen, oficial y particularmente, la naturaleza y las necesidades de las respectivas poblaciones, por lo que su evolución ha sido siempre anormal. En efecto, la minoría formada por personas de raza blanca y de civilización derivada de la europea, sólo se ha preocupado de fomentar su propio progreso dejando abandonada a la mayoría de raza y cultura indígenas”.

¹⁵ No original: “la única manera de llegar a conocer a las familias indígenas en su tipo físico, su civilización y su idioma, consiste en investigar con criterio antropológico sus antecedentes precoloniales e coloniales y sus características contemporáneas”.

perspectiva, o intelectual mexicano passou, então, a se dedicar cada vez mais a trabalhos voltados para uma aplicação prática.

Parte das definições sobre a criação da instituição idealizada por Manuel Gamio ocorreram no *Congreso de la Unión* e por fim, a Câmara dos Deputados autorizou a iniciativa de instituir um dos primeiros departamentos de Antropologia das Américas (MATOS MOCTEZUMA, 1972, p. 13). Durante o processo, foi deliberado que Gamio assumiria a chefia do órgão, que integraria a *Secretaría de Agricultura y Fomento*, coordenada por Pastor Rouaix (MENDIETA Y NÚÑEZ, 1961, p. 80-81). Em 26 de abril de 1917, um decreto governamental estabeleceu que as competências relacionadas aos “monumentos arqueológicos, à exploração, conservação das ruínas e ao estudo das raças indígenas” mexicanas ficariam à cargo do ministério e da recém-criada *Dirección de Estudios Arqueológicos y Etnográficos* (MÉXICO, 1918, p. 4). Logo, cabe ressaltar que o estabelecimento de um departamento com tais finalidades representou a conquista de um espaço institucional para o indigenismo no México durante o governo carrancista.¹⁶

A recém-criada instituição incorporou as antigas atribuições da *Inspección General de Monumentos Arqueológicos*, também dirigida por Manuel Gamio e, por fim, a Lei de Secretarias do Estado, publicada no Diário Oficial em 31 de dezembro de 1917, oficializou sua integração à *Secretaría de Agricultura y Fomento* (DEL VAL; ZOLLA, 2014, p. 113).

A vinculação se justificava dentro da lógica de funcionamento estatal mexicana já que, na estrutura administrativa dos primeiros governos revolucionários, cabia à *Secretaría de Agricultura y Fomento* e seus respectivos departamentos lidarem com a questão agrária. Como uma das grandes inquietações de Gamio dizia respeito à situação dos grupos indígenas e da população rural mexicana — que, assim como em muitos países latino-americanos, era fundamentalmente indígena —, a atuação nesse órgão o colocava em contato direto com esses setores (MENDIETA Y NÚÑEZ, 1961, p. 81).

A estruturação dos novos departamentos da *Secretaría de Agricultura y Fomento*, entre os quais a própria *Dirección de Estudios Arqueológicos y Etnográficos*, fez parte de uma série de ações do governo federal que pretendiam mudar o âmbito de atuação do ministério, ampliando seu escopo para a produção de conhecimento sobre fenômenos

¹⁶ Venustiano Carranza (1859-1920) foi um dos líderes da Revolução Mexicana, apoiador de Francisco I. Madero e Primeiro Chefe encarregado do poder executivo no período pré-constitucional (1915-1916). Assumiu o poder depois de um período conturbado no qual as diferentes forças revolucionárias derrotaram e depuseram Victoriano Huerta. Seu governo foi marcado pela instabilidade entre as forças populares internas e por uma série de medidas que visavam consolidar as estruturas políticas.

ligados à população e ao território mexicano.¹⁷ Para tanto, o órgão foi reformulado para funcionar como “una institución cuyas dependencias con el carácter de direcciones son unidas por el ministerio, que es el centro común, y desempeñan sus funciones de manera harmónica e independiente, mas colaborando todas en conjunto para un determinado fin” (MÉXICO, 1919, p. 4).¹⁸ Esperava-se, desse modo:

Ampliar e integrar harmónicamente a esfera de ação e as tendências desta Secretaría, [...] a qual já não só se ocupa do estudo do território e do exclusivo aspecto estatístico da população, mas que considera conjuntamente as diversas características e aspectos de ambas as entidades e procura determinar e melhorar suas relações mútuas, orgânicas e funcionais (MÉXICO, 1918, p.3).¹⁹

Em 1917, Manuel Gamio redigiu o documento “*Organización y tendencias de la Secretaría de Agricultura y Fomento*”²⁰, no qual salientou as diretrizes “nacionalistas e eminentemente práticas” que norteavam o trabalho do ministério, cujas atribuições seriam: “1º. estudiar e desenvolver as condições de posse, produção e habitabilidade do território nacional. 2º. estudiar e estimular o desenvolvimento da população” (GAMIO, 1922, p. 155-56).²¹ Para o intelectual, “o conhecimento da terra, sua posse equitativa e proporcional, sua produção normal e o aproveitamento das condições de habitabilidade, constituem as bases fundamentais sobre as quais deve assentar o bem-estar da população (GAMIO, 1922, p. 155).²²

Além de dados sobre o território, Manuel Gamio defendeu a produção de estudos sobre as características “raciais” e culturais da população mexicana, que indicassem os meios adequados para satisfazer suas demandas. Para tanto, o ministério e suas dependências deveriam se responsabilizar por investigações de modo “experimental e

¹⁷ O ministério era, anteriormente, denominado Secretaría de Fomento, Colonización e Industria e suas atribuições restringiam-se ao estudo do território e às questões estatísticas.

¹⁸ No original: “una institución cuyas dependencias con el carácter de Direcciones, están unidas por la Secretaría, que es el centro común y desempeñan sus labores de una manera armónica e independiente, pero colaborando todas ellas en conjunto hacia un fin determinado”.

¹⁹ No original: “ampliar e integrar armónicamente la esfera de acción y las tendencias de esa Secretaría, [...] la cual ya no solo se ocupa del estudio del territorio y del exclusivo aspecto estadístico de la población, sino que considera conjuntamente las diversas características y aspectos de ambas entidades y procura determinar y mejorar sus mutuas relaciones orgánicas y funcionales”.

²⁰ Tivemos acesso apenas à segunda edição do documento, publicado pelo Instituto Nacional de Administración Pública, em 1922. A primeira edição foi publicada em 1917, pela Secretaría de Agricultura y Fomento.

²¹ No original: “1º. Estudiar y fomentar las condiciones de posesión, producción y habitabilidad del territorio nacional. 2º. Estudiar y fomentar el desarrollo de su población”.

²² No original: “el conocimiento de la tierra, su posesión equitativa y proporcional, su producción normal y el mejoramiento de sus condiciones de habitabilidad, constituyen las bases fundamentales sobre las que tiene que sustentarse el bienestar de la población”.

com tendências práticas por meio da apreciação e conhecimento do censo, da natureza física, das atividades intelectuais, costumes e hábitos, idiomas e dialetos e dos antecedentes históricos dos grupos humanos que povoam o território mexicano” (GAMIO, 1922, p. 157).²³

Dessa maneira, à frente da *Dirección de Estudios Arqueológicos y Etnográficos*, Gamio defendeu a necessidade de realização de censos atualizados, que produzissem uma avaliação quantitativa e realista da população mexicana, principalmente a de origem indígena. Para o antropólogo e arqueólogo, as pesquisas oficiais apresentavam problemas metodológicos e de execução, de modo que as “estadísticas anteriores indicam uma população indígena total muito menor do que realmente existe”.²⁴ A abordagem adotada geraria dados imprecisos sobre a população indígena, pois, em seu entendimento, “indivíduos que são indígenas de raça, mas que já não falam os idiomas aborígenes, ou dizem que não os falam, foram indevidamente considerados como indivíduos de raça branca no censo” (GAMIO, 1922, p. 158).²⁵ Partindo dessa concepção, propôs uma metodologia de análise mais ampla para a classificação dos mexicanos, que consideraria as características físicas, sociais, culturais e linguísticas dos indivíduos.²⁶

Como já observamos, a constatação da heterogeneidade que definia a população mexicana e o reconhecimento da necessidade em construir uma nova ordem levaram Gamio a defender o processo de homogeneização racial e cultural dos mexicanos como alternativa para fomentar um projeto nacional que integraria o país. Em sua perspectiva, esse processo seria possível mediante a promoção de estudos sobre esses agrupamentos, que embasariam a elaboração de políticas que proporcionariam melhores condições de vida para a população e a progressiva convergência das manifestações culturais e “raciais”. Como os povos indígenas representavam um grande contingente populacional, sua incorporação passou a ser considerada um imperativo para a formação da nação. Partindo deste princípio, o intelectual afirmou no “*Programa de la Dirección de Estudios Arqueológicos y Etnográficos*” que:

²³ No original: “experimental y con tendencias prácticas por medio de la apreciación e y conocimiento del censo, de la naturaleza física, de las actividades intelectuales, las costumbres y hábitos, los idiomas y dialectos y de los antecedentes históricos de las agrupaciones humanas que pueblan el territorio mexicano”.

²⁴ No original: “las estadísticas pretéritas señalan un sumado de población indígena mucho menor que el que en realidad existe”.

²⁵ No original: “individuos que son indios de raza, pero que ya no hablan los idiomas aborígenes, o dicen que no los hablan, fueran indebidamente considerados en el censo como individuos de raza blanca”.

²⁶ Manuel Gamio chegou a colocar esse modelo de pesquisa em prática durante as investigações em Teotihuacán, ocasião em que organizou a aplicação de um censo socioeconômico para a população local.

Para alcançar um desenvolvimento harmonioso e efetivo de nossa população, é necessário não apenas promover o progresso dessas manifestações heterogêneas de cultura ou civilização, mas aproximá-las, misturá-las e homogeneizá-las; e para tanto, é preciso, antes de tudo, que essas manifestações sejam conhecidas, pois atualmente dificilmente o são, principalmente em relação às famílias indígenas. Além disso, é necessário garantir que as condições do ambiente biológico e físico sejam favoráveis ao desenvolvimento destas manifestações, bem como das características raciais a que nos referimos acima (MÉXICO, 1918, p. 10).²⁷

Embora tenha destacado a natureza heterogênea da população mexicana em sua produção, Manuel Gamio a segmentou basicamente em três grupos: brancos, mestiços e indígenas. De acordo com o intelectual, as diferenciações entre esses setores seriam resultado da constituição do extenso território, que não possuía as mesmas condições geográficas, biológicas e climáticas que, em outros países, teriam contribuído para a formação de “populações étnica, cultural e linguisticamente homogêneas” (MÉXICO, 1918, p. 15-16). Por isso, a pluralidade de idiomas e dialetos também era compreendida como um entrave para a unificação da sociedade, pois inviabilizava o intercâmbio linguístico e de ideias entre os grupos. Dessa forma, Gamio considerava que a *Dirección de Estudios Arqueológicos y Etnográficos* teria uma importante função na investigação dos meios necessários para que o espanhol se viabilizasse como o principal idioma.

Tendo em vista todas essas questões, o eixo de atuação da instituição foi definido a partir do reconhecimento da necessidade de desenvolver investigações integrais sobre o território e os grupos sociais mexicanos. Esses estudos seriam realizados com base em critérios antropológicos, por meio de análise quantitativa (estatística), qualitativa (tipo físico, idioma, civilização e cultura), cronológica (períodos pré-colonial, colonial e contemporâneo) e das condições ambientais (fisiobiologia regional) (MÉXICO, 1918, p. 15). Para tanto, a *Dirección de Estudios Arqueológicos y Etnográficos* atuaria de maneira complementar e articulada aos departamentos vinculados à Secretaría de Agricultura y Fomento, promovendo:

1º. Aquisição gradual de conhecimentos referentes às características raciais, as manifestações de cultura material e intelectual, aos idiomas e dialetos, populações regionais atuais e antigas da República. 2º. Investigação dos meios adequados para fomentar o atual desenvolvimento econômico, físico e

²⁷ No original: “Para alcanzar un armónico y efectivo desarrollo de nuestra población, es necesario, no sólo fomentar el progreso de aquellas heterogéneas manifestaciones de cultura o civilización, sino hacer que se acerquen, se mezclen, se homogenicen; y para conseguir eso, precisa, antes de todo, que dichas manifestaciones sean conocidas, pues actualmente apenas si lo son, sobre todo en lo relativo a las familias indígenas. Además, es necesario procurar que las condiciones de ambiente biológico y físico sean favorables al desarrollo de dichas manifestaciones, así como al de las características raciales a que antes nos referimos”.

intelectual destas populações. 3º. Preparação da aproximação racial, da fusão cultural, da unificação linguística e do equilíbrio econômico desses grupos, já que só assim formarão uma nacionalidade coerente e definida e uma verdadeira pátria (MÉXICO, 1918, p.16-17).²⁸

A *Dirección de Estudios Arqueológicos y Etnográficos* manteve suas atividades entre julho de 1917 e dezembro de 1924, desenvolvendo mais de trinta trabalhos ao longo destes anos (MATOS MOCTEZUMA, 1972, p. 15). Manuel Gamio permaneceu como diretor da instituição durante todo esse período, idealizando e conduzindo os projetos de investigação. Dois anos após a fundação, em 15 de agosto de 1919, o nome do departamento foi alterado para *Dirección de Antropología*, por sugestão do presidente Venustiano Carranza, que teria constatado a inadequação do anterior aos objetivos do órgão, ligados diretamente ao estudo da população (DEL VAL; ZOLLA, 2014, p. 113).

A atuação de Gamio à frente da *Dirección de Antropología* foi marcada pela preocupação em oferecer soluções que melhorassem “carências” e fomentassem as condições de vida dos povos indígenas. Em sua visão, este seria um fator indispensável para a promoção da fusão étnica e cultural da população. Diante disso, para conciliar os grupos heterogêneos e integrar a nação, defendeu a progressiva transformação dos povos indígenas por meio da educação e da adoção de valores “ocidentais”. Para tanto, destacou a necessidade do Estado adotar medidas que estimulassem a capacitação de educadores, criassem escolas adaptadas às características regionais e promovessem melhorias nos acessos às áreas indígenas.

Pautado por essa concepção, Manuel Gamio elaborou um projeto de investigação de caráter integral e alcance nacional, que analisaria a diversidade cultural, econômica, social, étnica e linguística do México. Como a pluralidade da população, assim como as diferenças nas condições geográficas, não eram compreendidas apenas como um entrave à integração nacional, mas ao estabelecimento de um projeto único de investigação para o México, Gamio defendeu o uso de um método adaptado de estudo para cada região, com a coordenação de pesquisas locais específicas. Assim, idealizou um programa de investigação multidisciplinar, que previa a divisão do país em dez regiões

²⁸ No original: “1º. Adquisición gradual de conocimientos referentes a las características raciales, a las manifestaciones de cultura material e intelectual, a los idiomas y dialectos, a las poblaciones regionales actuales y pretéritas de la República. 2º. Investigación de los medios adecuados para fomentar el actual desarrollo económico, físico e intelectual de dichas poblaciones. 3º. Preparación del acercamiento racial, de la fusión cultural, de la unificación lingüística y del equilibrio económico de dichas agrupaciones, las que sólo así formarán una nacionalidad coherente y definida y una verdadera patria”.

representativas,²⁹ que seriam analisadas de acordo com os critérios “sociológico, econômico, linguístico, sanitário, educativo, etc., levando em consideração sua evolução através do tempo, ou seja, seu passado pré-hispânico, colonial e moderno, até chegar à época contemporânea” (LEÓN-PORTILLA, 1986, p. 24).³⁰

Na perspectiva do intelectual, as Ciências Sociais se configuravam como um elemento imprescindível na construção de uma visão nacionalista e no processo de desenvolvimento do México. A Antropologia, especialmente, teria um papel fundamental nos processos de investigação, pois seria capaz de fornecer uma base de conhecimento integral dos indivíduos e grupos sociais. Dessa forma, apresentando-se como aparato cientificamente respaldado, a Antropologia se constituiu como um campo de estudo da alteridade, que analisaria o ordenamento social e identificaria insuficiências que impediam a formação da nacionalidade. Por fim, atuaria como um instrumento orientado para a resolução de problemas e a transformação da realidade social da população mexicana.

De acordo com Mariano Báez-Landa (2009, p. 56), “Gamio foi um precursor indiscutível da antropologia aplicada no México e dos estudos regionais com perspectiva interdisciplinar referente às áreas culturais”.³¹ Logo, o seu departamento introduziu uma concepção de aplicação prática da Antropologia em suas atividades, entendida “como a utilização formal dos conhecimentos apontados pela ciência antropológica para a solução de problemas práticos” (NOLASCO ARMAS, 1981). A partir da produção de conhecimento de viés antropológico, seria possível fomentar a aplicação de soluções para os problemas, por meio da convergência de quatro passos:

1. Incentivo aos traços característicos da cultura indígena que têm, e sempre terão, um valor definido de acordo com critérios culturais modernos, como a arte decorativa, o hábito dos banhos diários, etc.
2. Inserção de características da cultura moderna nas culturas indígenas, como, por exemplo, nas artes industriais.
3. Substituição de características deficientes de tipo indígena por métodos modernos, como o estabelecimento de inspetores médicos e ambulâncias clínicas para que os diagnósticos e terapias nocivas de curandeiros desapareçam.
4. Incentivo aos fatores culturais modernos, agora que começaram a ser aceitos pelos indígenas como, por exemplo, para

²⁹ As regiões seriam: 1. México, Hidalgo, Puebla e Tlaxcala; 2. Chihuahua e Coahuila; 3. Baixa Califórnia; 4. Sonora e Sinaloa; 5. Yucatán e Quintana Roo; 6. Chiapas; 7. Tabasco e Campeche; 8. Veracruz e Tamaulipas; 9. Querétaro e Guanajuato; e 10. Jalisco e Michoacán.

³⁰ No original: “sociológico, económico, lingüístico, sanitario, educativo, etcétera, así como tomándose en cuenta su evolución a través del tiempo, o sea su pasado prehispánico, colonial y moderno hasta llegar a la época contemporánea”.

³¹ No original: “Gamio fue precursor indiscutible de la antropología aplicada en México, y de los estudios regionales con perspectiva interdisciplinar referidos a áreas culturales”.

aumentar a quantidade e melhorar a qualidade e eficiência dos implementos agrícolas modernos utilizados pelos indígenas (GAMIO, 1925, p. 16).³²

Teotihuacán, na região central do México, foi escolhida como a primeira zona de interesse a ser investigada, em um projeto que “combinou arqueologia, etnografia, antropologia e desenvolvimento comunitário, configurando assim o primeiro formato regional de pesquisa social em áreas rurais mexicanas” (BÁEZ LANDA, 2009, p. 57).³³ Para alcançar os objetivos da *Dirección de Antropología*, Manuel Gamio “destacou a necessidade de contar com pessoal especializado em pesquisas sociológicas, antropológicas e etnológicas, que desenvolvesse estudos abrangentes, etnografias atualizadas e aprofundadas, bem como amplo conhecimento das relações interétnicas” (BÁEZ LANDA, 2009, p. 56-57).³⁴

Assim, no mesmo ano de fundação da *Dirección de Antropología*, Gamio reuniu uma equipe multidisciplinar composta por figuras como o pintor Francisco Goitia, o engenheiro Ezequiel Ordoñez, o botânico Cassiano Conzatti, o arqueólogo Roque Jacinto Ceballo Novelo, o antropólogo e arqueólogo Hermann Beyer, que desenvolveram estudos integrais baseados na coleta e análise de dados sociais, culturais, demográficos, geográficos e econômicos da região. Além desses pesquisadores, o sociólogo e servidor do órgão, Lucio Mendieta y Núñez (1961), destacou a presença de funcionários da *Dirección de Antropología*, como o engenheiro José Reygadas Vértiz, subchefe do departamento, o historiador Alfonso Toro e o jornalista Alfonso Castillo, responsáveis pela pesquisa histórica, além do linguista Pablo González Casanova, do jornalista Carlos Noriega Hope e do arquiteto Ignacio Marquina (MENDIETA Y NÚÑEZ, 1961, p. 88).

Como resultado da investigação, foi publicada, em 1922, *La población del Valle de Teotihuacán*. O estudo foi bem avaliado no México e no exterior, recebendo críticas

³² No original: “1. Encouragement of those characteristic features of the indigenous culture which have, and will always have, a definite value according to modern cultural criteria, such as decorative art, the habit of daily baths, etc. 2. Grafting the characteristics of modern culture upon those of indigenous culture as, for example, in the industrial arts. 3. Substituting modern methods for the deficient characteristics of indigenous type, such as establishing medical inspectors and clinical ambulances in order that the harmful diagnosis and therapeutics of magicians may disappear. 4. Encouragement of modern cultural factors, now that they are beginning to accept by indigenes, as, for example, to increase the quantity and improve the quality and efficiency of modern agricultural implements used by the indian”.

³³ No original: “combinó arqueología, etnografía, antropología y desarrollo de la comunidad, configurando así el primer formato de investigación social regional de las áreas rurales mexicanas”.

³⁴ No original: “subrayó la necesidad de contar con personal especializado en investigaciones sociológicas, antropológicas y etnológicas, que desarrollaran estudios integrales, etnografías actualizadas y profundas, así como conocimientos amplios de las relaciones interétnicas”.

positivas de intelectuais e instituições estrangeiras. Além dos diversos prêmios e distinções, a obra trouxe prestígio à *Dirección de Antropología* e rendeu a Manuel Gamio o doutorado pela Universidade de Columbia (MATOS MOCTEZUMA, 1972, p. 14). O sucesso da investigação também garantiu, por mais alguns anos, a continuidade dos trabalhos do departamento, em um período marcado pela instabilidade política.

Mas, o projeto desenvolvido em Teotihuacán não ficou restrito à produção de estudos sobre a região, uma vez que se converteu em um conjunto de ações sociais. Simultaneamente às investigações, a *Dirección de Antropología* fomentou uma série de atividades de finalidade prática como a requisição e o financiamento de terras para os habitantes junto à Comissão Nacional Agrária, a aplicação de um censo, a promoção de instrução agrícola e a indicação de novos métodos de cultivo, a concepção de sistemas mais econômicos e eficientes de irrigação, a requisição de abastecimento de água para cidades e povoados que haviam sido despojadas do recurso, o estímulo à produção do artesanato regional, o gerenciamento da construção de uma estrada para veículos conectando a Cidade do México à Teotihuacán, a fim de diminuir o isolamento da região, a idealização de uma escola local baseada em um modelo de educação integral e a organização de um trabalho com cinema documental. A investigação de campo também reuniu uma grande quantidade de vestígios materiais arqueológicos.

Sérgio Ricco (2015) observa que, com este monumental estudo, Gamio consolidou suas ideias em torno do nacionalismo e, simultaneamente fomentou “ações de higienização, melhorias habitacionais e a promoção do artesanato relacionado ao meio arqueológico; bem como campanhas de vacinação, incentivo às mudanças nos hábitos alimentares, recreação, utilização do teatro e campanhas contra consumo de pulque” (RICCO, 2015, p. 4).³⁵

Apesar da grandiosidade do empreendimento, vale observar que a atuação e os projetos desenvolvidos por Manuel Gamio na *Dirección de Antropología* foram norteados pela concepção de que a formação da nação seria realizada a partir da eliminação da heterogeneidade que constituía o México. Logo, o programa desenvolvido em Teotihuacán não escapou a essa lógica, representando um plano que visava a uma mudança cultural induzida, que se valia da educação, da formação técnica e de ações

³⁵ No original: “acciones de higienización, de mejoramiento de vivienda y la promoción de artesanías relacionadas al entorno arqueológico; además campañas de vacunación, fomentar cambios en los hábitos alimenticios, recreación, para ello utilizando el teatro y campañas contra el consumo del pulque.”

assistenciais para incorporar as culturas indígenas à sociedade, como observa Mariano Báez-Landa (2009). Nesse sentido, é fundamental destacar que:

O objetivo central deste projeto era aculturar, assimilar o índio a um modo de vida moderno e a classificação cultural pretendia determinar o grau e a forma que a miscigenação adquiria diante da certeza de que as comunidades indígenas viviam em estágios evolutivos inferiores aos das sociedades mestiças e ocidentais. O México revolucionário, para ser moderno e eficiente, exigia, portanto, a convergência e fusão de raças e manifestações culturais, a unificação linguística e um equilíbrio econômico dos elementos sociais (BÁEZ LANDA, 2009, p. 56-57).³⁶

Além dos projetos citados, a *Dirección de Antropología* incorporou as atribuições da *Inspección General de Monumentos Arqueológicos* e passou a se encarregar de trabalhos relacionadas à arqueologia no México, acirrando disputas já existentes entre essa instituição e o Museu Nacional. Segundo Haydée López Hernández e Elvira Pruneda Gallegos (2015), “o projeto de Gamio deu continuidade aos antigos confrontos travados entre o Museu e a *Inspección General de Monumentos* pelo controle oficial da arqueologia. Teotihuacán foi o local que serviu, em muitos aspectos, para ventilar tais discrepâncias” (LÓPEZ HERNÁNDEZ; PRUNEDA GALLEGOS, 2015, p. 42).³⁷ O enfrentamento foi evidenciado pelo rompimento de Manuel Gamio com a sua instituição de formação, pelas constantes disputas em torno do orçamento federal destinado às entidades e pela rivalidade em relação aos projetos de estudo e ao domínio do campo científico.³⁸

Essa situação em torno da prática arqueológica revela os desentendimentos e discordâncias entre os membros da comunidade científica mexicana, que compunham os principais centros de pesquisa do país e definiam os “parâmetros de cientificidade da disciplina”. Nessa perspectiva, as autoras sinalizam que as críticas e os embates promovidos pelo departamento controlado por Gamio podem ser compreendidas como uma tentativa de legitimação das atividades e da posição da instituição junto à

³⁶ No original: “El objetivo central de este proyecto era aculturar, asimilar al indio a un modo moderno de vida y la clasificación cultural tenía por objeto, determinar el grado y forma que adquiría el mestizaje frente a la certeza de que las comunidades indias vivían etapas evolutivas inferiores a las sociedades mestizas y occidentales. El México revolucionario, para ser moderno y eficiente, requería por lo tanto de la convergencia y fusión de razas y manifestaciones culturales, de unificación lingüística, y de un equilibrio económico de los elementos sociales”.

³⁷ No original: “El proyecto de Gamio daba continuidad a los viejos enfrentamientos librados entre el Museo y la Inspección General de Monumentos por el control oficial de la arqueología. Teotihuacán fue el sitio que sirvió, en muchos sentidos, para ventilar tales discrepancias.

³⁸ As autoras demonstram que o projeto de Teotihuacán impactou a distribuição do orçamento governamental e os trabalhos arqueológicos do Museu Nacional. Enquanto a instituição geria pesquisas de menor importância e sobrevivia com pouca verba, a Dirección de Antropología contou com um enorme orçamento destinado à investigação na região central do México. Sobre a questão, consultar: LÓPEZ HERNÁNDEZ; PRUNEDA GALLEGOS, 2015.

comunidade científica nacional e internacional e, ao mesmo tempo, de afastamento do passado porfirista, de modo que “ao distanciar-se da comunidade do Museu, a *Dirección de Antropología* precisava validar academicamente seu trabalho e colocá-la como a ponta da modernidade científica e da revolução” (LÓPEZ HERNÁNDEZ; PRUNEDA GALLEGOS, 2015, p. 52).³⁹

Assim, a arqueologia desempenhou um papel fundamental no projeto de vertente política e cultural de Manuel Gamio, pois o intelectual considerava que a identificação e a caracterização de antigas civilizações e culturas mexicanas representavam uma etapa crucial para a compreensão da realidade social dos grupos étnicos no presente. Nesse sentido, a *Dirección de Antropología* empreendeu diversas investigações em monumentos históricos e arqueológicos desde a sua fundação. Entre o segundo semestre de 1917 e o primeiro de 1918, por exemplo, foram realizados estudos na Pedreira de Copilco, em Coyoacán, na Cidade do México, com o objetivo de estabelecer a “cultura arcaica” dentro da sequência cultural mexicana. A escavação, conduzida por meio do método estratigráfico,⁴⁰ localizou artefatos como cerâmicas, esculturas e antigas fundações de habitações, que atestaram a relevância do sítio arqueológico.⁴¹ Ao fim do projeto, em 1918, foi criado um museu no local, que passou a integrar a rota turística do México. Foram organizadas também explorações arqueológicas nas pirâmides de Huizilopochtli e Tlátec, na capital, na pirâmide Mixcoac, próxima a San Pedro de los Pinos, e na pirâmide de Cuernavaca, no estado de Morelos.

Ao longo dos sete anos de funcionamento da *Dirección de Antropología*, Manuel Gamio também procurou difundir os trabalhos da instituição no México e no exterior. Para auxiliar no processo, idealizou a *Ethnos: Revista Mensual para la vulgarización de estudios antropológicos sobre México y Centro América*. O periódico foi publicado entre abril de 1920 e maio de 1925, com uma periodicidade irregular, causada por problemas financeiros e de conciliação dos trabalhos da equipe. Apesar das dificuldades, cumpriu um importante papel de divulgação científica das investigações desenvolvidas pelo

³⁹ No original: “Al distanciarse de la comunidad del Museo, la DA necesitaba validar académicamente su trabajo y colocarlo como la punta de la modernidad científica y la revolución”.

⁴⁰ A técnica é considerada uma das grandes contribuições de Gamio à investigação arqueológica do país, já que permite um maior controle do processo e uma interpretação mais adequada dos materiais coletados.

⁴¹ José Ignacio Sánchez Alaniz e Ángel Sánchez Gamboa examinaram as descobertas arqueológicas feitas na região e sua respectiva divulgação na imprensa. Sobre o estudo, consultar: SÁNCHEZ ALANIZ; SÁNCHEZ GAMBOA, 2019.

departamento e de estudos relacionados à Antropologia, História, Sociologia e Arqueologia.⁴²

Os cinco anos de publicação de *Ethnos* foram divididos por seus editores em três épocas, que contaram com dois diretores: Manuel Gamio ocupou a função durante as duas primeiras épocas, entre abril de 1920 e abril de 1923, e o sociólogo Lúcio Mendieta y Núñez assumiu o cargo na terceira época, de janeiro a maio de 1925. A revista teve circulação no México, Estados Unidos, Canadá e Cuba e poderia ser adquirida em volumes mensais avulsos ou por meio de assinaturas semestrais. A maioria das edições eram compostas por artigos escritos por pesquisadores mexicanos e estrangeiros e ilustradas com gravuras e fotografias. Além da versão em espanhol, alguns estudos contavam também com um resumo em inglês.

A partir da segunda época, houve uma significativa alteração em sua estrutura, atribuída às dificuldades econômicas e à possibilidade de publicar de estudos mais completos. Dessa maneira, foi adotado um formato trimestral e mais extenso, com cem páginas em média e o nome do periódico foi alterado para *Ethnos: Revista dedicada al estudio y mejoría de la población indígena de México*. Além das modificações na configuração, o programa e os interesses da revista passaram a convergir cada vez mais com os de seu idealizador, se voltando especificamente para estudos relacionados às culturas indígenas.⁴³

À frente da *Dirección de Antropología* e de *Ethnos*, Manuel Gamio atuou politicamente para afirmar suas propostas para o México e procurou se inserir nos debates sobre os projetos políticos de constituição da nação. Segundo Lucio Mendieta y Núñez (1961, p. 92), que trabalhou no departamento e assumiu a direção da revista em sua última época de publicação, *Ethnos* se transformou em uma importante plataforma para que Gamio apresentasse uma série de ideias sociológicas e políticas sobre a realidade social do país. Na visão do antropólogo e arqueólogo mexicano, a publicação desempenhava uma função relevante no avanço da produção e divulgação do

⁴² A evidente relevância de *Ethnos* como revista científica e intelectual no México nas primeiras décadas do século XX, contrasta com uma escassez de estudos sobre a publicação. A grande maioria dos trabalhos que se dedicam a investigar o pensamento e a atuação político-intelectual de Manuel Gamio no período, quando não ignoram completamente a sua atividade editorial, destinam apenas breves menções à revista.

⁴³ Embora tenha sido concebida inicialmente como uma publicação oficial, *Ethnos* não recebeu apoio financeiro do governo mexicano. Portanto, se tornou um empreendimento pessoal de Manuel Gamio, que conciliou o comando do órgão estatal com a direção da revista.

conhecimento científico para a orientação de práticas governamentais e a elaboração de projetos para a nação.

Além do periódico e das investigações de campo propriamente ditas, a *Dirección de Antropología* buscou influenciar a criação de um projeto de lei de conservação e o estudo de monumentos arqueológicos da República. Mas a proposta não chegou a sair do papel. Manuel Gamio também procurou implementar uma série de reformulações junto às demais dependências da *Secretaría de Agricultura y Fomento*. Contudo, em 1921, houve uma expressiva alteração na estrutura do departamento, que se converteu em uma dependência da recém-criada *Secretaría de Educación Pública*. José Vasconcelos, que coordenava a pasta, pretendia promover mudanças que visavam a transformação das culturas indígenas por meio da educação. Dessa forma, se dedicou a criar um corpo especializado de intermediários e promotores culturais, muitos dos quais recrutados nas próprias comunidades indígenas. Por isso, a *Dirección de Antropología* passou a orientar suas atividades para o ensino, a proteção e preservação de monumentos. Gamio e Vasconcelos, no entanto, não mantinham uma relação amistosa e isso se refletiu na dinâmica de seus respectivos órgãos que, muitas vezes, não coordenavam suas ações e políticas. Portanto, as vantagens da mudança não foram efetivas devido a descontinuidade de programas, rivalidades e dispersão de esforços.

Nesse sentido, é importante salientar que, embora a *Dirección de Antropología* tenha sido relevante no que diz respeito ao estudo dos povos indígenas no México, é fundamental não perder de vista o contexto e os problemas enfrentados por diversas instituições no período. Mesmo após o fim da guerra civil, o país atravessava uma conjuntura de instabilidade, marcada por intensas disputas políticas e dificuldades econômicas. Logo, muitos projetos da *Dirección de Antropología* não foram concluídos por diferentes motivos. Além das adversidades referentes ao orçamento e à equipe, diversas propostas simplesmente não se desenvolveram. São exemplos desses projetos frustrados o plano de incorporação do Museu Nacional mexicano, a criação de um museu etnográfico com abordagem educativa e a sugestão da Lei de Proteção aos Monumentos Arqueológicos.

Em 1924, Manuel Gamio assumiu o cargo de subsecretário de Educação Pública, a convite do presidente Plutarco Elías Calles. No entanto, em junho do ano seguinte, renunciou às funções na administração depois de denunciar irregularidades na *Secretaría*. Assim, após sete anos de funcionamento, a situação da *Dirección de Antropología* ficou insustentável, em razão do desentendimento público com o novo presidente. O

rompimento resultou no exílio do antropólogo e arqueólogo mexicano nos Estados Unidos e no encerramento das atividades da *Dirección de Antropología*.

Para além das polêmicas e adversidades que fizeram parte da história da instituição, consideramos que a *Dirección de Antropología* desempenhou um papel imprescindível na investigação científica dos povos indígenas mexicanos. De acordo com José del Val (2004), o estabelecimento de um órgão estatal nesses moldes sinalizou uma mudança no quadro institucional do governo e na política estatal voltada para os indígenas pois, “a partir desse momento, e através de uma história contraditória e complexa, o Estado mexicano decide desenvolver uma nova política setorial e supostamente científica em relação aos povos indígenas” (DEL VAL, 2004, p. 90).⁴⁴

Desse modo, ainda que o aparelho institucional e oficial indigenista tenha se consolidado somente nas décadas seguintes, afirmamos a relevância da *Dirección de Antropología* em deslocar a questão indígena para uma dimensão oficial, dando impulso a um longo processo de institucionalização do indigenismo no México.⁴⁵ A própria criação de um órgão estatal nestes moldes já demonstra um interesse do Estado mexicano em atuar nas relações interétnicas. Esse esforço é evidenciado pelo empenho em compreender, transformar e incorporar os povos indígenas à nação que se pretendia construir. Entretanto, o estabelecimento do órgão não representou apenas o início de um processo marcado por ações sistemáticas do Estado, que visavam incorporar a população indígena a uma cultura nacional, como também contribuiu para a estruturação das bases do pensamento indigenista no país e a fundamentação de um projeto nacionalista revolucionário.

Ademais, é necessário destacar que a fundação da *Dirección de Antropología* expressou um momento fundamental para o estabelecimento das relações entre as Ciências Sociais e o Estado mexicano, experiência que se consolidou nas décadas seguintes. A aliança entre intelectuais e líderes dirigentes revolucionários converteu esse campo de conhecimento, especialmente a Antropologia, em uma ferramenta crucial no processo de formação da nação, de modo que o emergente discurso antropológico e

⁴⁴ No original: “A partir de ese momento, y a través de una historia contradictoria y compleja, el Estado mexicano decide desarrollar una nueva política sectorial y supuestamente científica hacia los pueblos indios.

⁴⁵ É importante ressaltar que após a criação da *Dirección de Antropología* outros programas e instituições de natureza indigenista foram estabelecidos, como o Departamento de Cultura Indígena (1921), as Casas del pueblo (1923), as Missões culturais (1925), o Departamento de Incorporação Indígena (1926), a Casa do Estudante Índio (1926), a Estação Experimental de Incorporação do Indígena (1932), os Centros de Educação Indígena (1933), o Departamento Autônomo de Assuntos Indígenas (1936), o Conselho de Línguas Indígenas (1939), o Instituto Nacional Indigenista (1948).

institucional conferiu ao indigenismo uma feição de doutrina oficial. Em vista disso, é indispensável considerar que a concepção de uma instituição nesses moldes atravessa e, ao mesmo tempo, se confunde com a própria constituição de projetos, teorias e disciplinas no período.

Considerações finais

A questão indígena sempre foi crucial na história do México. Com o processo revolucionário, a preocupação em relação ao lugar a ser ocupado por estes grupos passou a pautar os debates sobre os destinos da nação e as teorias que priorizavam o componente racial na reflexão dos problemas sociais. Desse modo, durante as primeiras décadas do século XX, a integração dos grupos étnicos à sociedade se transformou em uma prioridade para o Estado e para as elites políticas e intelectuais que almejavam adentrar na modernidade ocidental.

Assim, procuramos demonstrar, neste trabalho, que o Estado e intelectuais, como Manuel Gamio, se empenharam, a partir do processo revolucionário mexicano, em construir uma nação unificada por meio da difusão de um projeto nacionalista centrado na valorização de um passado indígena idealizado e, sobretudo, na exaltação da mestiçagem. Para tanto, foram elaboradas políticas sociais e culturais que buscavam suscitar referenciais materiais e alegóricos selecionados propositalmente, a partir do que se reconhecia como herança pré-hispânica, por serem adequados a um projeto que se pretendia hegemônico.

A narrativa da nação foi, então, evidenciada na cultura popular, na história nacional e nos monumentos, evocando símbolos, ritos e imagens que ajudaram a instituir uma experiência compartilhada. A ênfase nas origens, a invenção das tradições, o mito fundacional e a construção de uma identidade nacional baseada nos povos originários são elementos e retóricas fundamentais para construção da narrativa da cultura nacional. Esse discurso constrói e dá sentido às identidades e as coloca, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro, como assinala Stuart Hall (HALL, 2006, p. 52-56). Dessa forma, o indigenismo mexicano se constituiu como um fenômeno essencial na formação de uma identidade e de uma tradição cultural e política que com o tempo, superou sua condição original de retórica para se transformar em estratégia política de dimensão nacional.

Nesse sentido, defendemos o argumento de que existiu, durante o processo revolucionário, uma preocupação estatal com projetos a serem implementados para

incorporar as populações indígenas à nação homogênea que se pretendia construir. Essa hipótese se confirma ao analisarmos a criação de uma instituição como a *Dirección de Antropología*, durante o governo de Venustiano Carranza, que tinha como eixo norteador de seus trabalhos o desenvolvimento de estudos para a compreensão das culturas indígenas, que pretendiam embasar políticas de integração nacional. Dessa forma, o departamento foi importante não apenas em ajudar a assentar as bases do novo regime, como também em cristalizar uma série de concepções sobre a nação e a identidade nacional mexicana, evocando a retórica indigenista. Por isso, consideramos que a sua criação fez parte de um projeto político nacionalista que emergiu a partir da Revolução de 1910 e que deu início a um longo processo de institucionalização do indigenismo no México.

THE DIRECCIÓN DE ANTROPOLOGÍA AND THE ESTABLISHMENT OF AN INDIGENOUS INSTITUTIONAL APPARATUS IN REVOLUTIONARY MEXICO (1917-1924)

Abstract: This article analyzes the establishment of an indigenous institutional apparatus because of the Mexican revolutionary process: the Dirección de Antropología, in 1917. Planned and directed by anthropologist and archaeologist Manuel Gamio, the institute was created to conduct scientific research on the territory and population of Mexico, especially the indigenous people. These studies should support public policies that would promote the incorporation of ethnic groups and the integration of the nation. Therefore, our purpose is to understand how the creation of the Dirección de Antropología represented a change in official policy towards indigenous people, which began to address this issue in the institutional field. To achieve this objective, we combine the analysis of the foundation of a new indigenous state-owned organization with the work of one of the main ideologists of Mexican indigenism.

Keywords: Indigenism. Mexico. Manuel Gamio. Nation. Mexican Revolution.

LA DIRECCIÓN DE ANTROPOLOGÍA Y EL ESTABLECIMIENTO DE UN APARATO INSTITUCIONAL INDIGENISTA EN EL MÉXICO REVOLUCIONARIO (1917-1924)

Resumen: Este artículo analiza el establecimiento de un aparato institucional indigenista basado en el proceso revolucionario mexicano, a través de la creación de la Dirección de Antropología, en 1917. Concebida y dirigida por el antropólogo y arqueólogo Manuel Gamio, el organismo estatal fue concebido con el objetivo de desarrollar investigaciones científicas sobre el territorio y población de México, especialmente los pueblos indígenas. Estos estudios, a su vez, pretendían apoyar políticas públicas que promovieran la incorporación de grupos étnicos y la integración de la nación. Así, buscamos comprender en qué medida la fundación de la Dirección de Antropología simbolizó un cambio de paradigma en la política oficial dirigida a los pueblos indígenas, al trasladar el tema a un ámbito institucional. Para ello, combinamos el análisis de la constitución de una nueva organización administrativa estatal indigenista con la actuación de uno de los principales ideólogos del indigenismo mexicano.

Palabras clave: Indigenismo. México. Manuel Gamio. Nación. Revolución Mexicana.

Referências

Fontes

GAMIO, Manuel. **Forjando patria (pro-nacionalismo)**. México: Librería de Porrúa Hermanos, 1916.

GAMIO, Manuel. **La población del Valle de Teotihuacán**: representativa de las que habitan las regiones rurales del Distrito Federal y de los estados de Hidalgo, Puebla, México y Tlaxcala. México: SEP, Secretaría de Cultura e Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2017, t. 1, v. 1.

GAMIO, Manuel. El Instituto Antropológico Central de México. **Proceedings of Second Pan American Scientific Congress**. Washington: Government Printing Office, p. 374-377, 1917.

GAMIO, Manuel. Organización y tendencias de la Secretaría de Agricultura y Fomento. **Revista de Administración Pública**, México, p. 155-160, 1922.

GAMIO, Manuel. The present state of anthropological research in México and suggestions regarding its future developments. **Bulletin of the Pan American Union**. Washington: Government Printing Office, v. LIX, p.13-32, jan-dez.1925.

MÉXICO. Secretaría de Agricultura y Fomento. **Programa de la Dirección de Estudios Arqueológicos y Etnográficos**. Oficina Impresora de la Secretaría de Hacienda, Departamento de Fomento, México, 1918.

MÉXICO. Secretaría de Agricultura y Fomento. **Boletín Extraordinario de la Secretaría de Agricultura y Fomento**. México: Departamento de Aprovevisionamientos Generales, 1919.

Bibliografia

BÁEZ LANDA, Mariano. De indígenas a campesinos: miradas antropológicas de un quiebre paradigmático. **Ruris**, Unicamp, v. 3, n. 2, p. 55-74, 2009. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16825/11536>. Acesso em: 19 de março de 2024.

BAUD, Michiel. **Intelectuales y sus utopías**: indigenismo y imaginación de América Latina. Amsterdam: CEDLA, 2003.

BONFIL BATALLA, Guillermo. Del indigenismo de la revolución a la antropología crítica. In: WARMAN, Arturo *et al.* **De eso que llaman Antropología Mexicana**. México: Nuestro Tiempo, 1970.

DEL VAL, José. México. **Identidad y Nación**. México: UNAM, 2004.

DEL VAL, José; ZOLLA, Carlos (coord.). **Documentos fundamentales del indigenismo**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2014.

FAVRE, Henri. **El indigenismo**. México: Fondo de Cultura Económico, 1998.

GONZÁLEZ GAMIO, Ángeles. **Manuel Gamio: Una lucha sin final**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KNIGHT, Alan. Racismo, Revolución e Indigenismo. In: Gómez Izquierdo, José Jorge (coord.). **Cuadernos de estudios sobre el racismo**. Puebla: Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades. Universidad Autónoma de Puebla, 2004, p. 1-54.

LEÓN-PORTILLA, Miguel. Grandes Maestros. Manuel Gamio. **Revista de la Universidad Autónoma de México**, México, n.429, p.22-26, out. 1986.

LOPEZ HERNANDEZ, Haydée; PRUNEDA GALLEGOS, Elvira. Dimes y diretes: polémicas sobre la práctica arqueológica en México. **Trace 67**, Cidade do México, p.39-61, jun. 2015.

MATOS MOCTEZUMA, Eduardo. Introdução. In: GAMIO, Manuel. **Arqueología e Indigenismo**. México: SEP Setentas, 1972.

MARZAL, Manuel M. **Historia de la antropología**. Volumen I: Antropología indigenista. Quito: Ediciones Abya-Yala coedición con Universidad Politécnica Salesiana, 1998.

MENDIETA Y NÚÑEZ, Lúcio. **Homenajes: Augusto Comte, Emilio Durkheim, Manuel Gamio**. México: Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Nacional, 1961.

NOLASCO ARMAS, Margarida. A antropologia aplicada no México e seu destino final: o indigenismo. In: JUNQUEIRA, Carmen; CARVALHO, Edgard de A. (org.). **Antropologia e indigenismo na América Latina**. São Paulo: Cortez Editora, 1981, p.67-85.

REYNOSO JAIME, Irving. Manuel Gamio y las bases de la política indigenista en México. **Andamios**, v.10, n.22, p.333-355, mai-ago. 2013. Disponível em: <https://andamios.uacm.edu.mx/index.php/andamios/article/view/279>. Acesso em: 20 de março de 2024.

RICCO MONGE, Sergio. Manuel Gamio Martínez entre México y América Latina: Indigenismo, nacionalismo y poder. **Pacarina del Sur**, ano 7, n. 25, out-dez, 2015. Disponível em: <http://pacarinadelsur.com/home/figuras-e-ideas/1217-manuel-gamio-martinez-entre-mexico-y-america-latina-indigenismo-nacionalismo-y-poder>. Acesso em: 18 de março de 2024.

SÁMANO RENTERÍA, Miguel Ángel. El indigenismo institucionalizado en México (1936-2000): Un análisis. In: ORDÓÑEZ CIFUENTES, José Emilio Rolando (coord.). **La construcción del Estado nacional: democracia, justicia, paz y Estado de derecho**. XII Jornadas Lascasianas. Serie Doctrina Jurídica. n. 179. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM, 2004, p.141-158.

SÁNCHEZ ALANIZ, José Ignacio; SÁNCHEZ GAMBOA, Ángel. Las excavaciones arqueológicas de Manuel Gamio en Copilco: una visión a través de las fuentes documentales. **Arqueología**, Cidade do México, n. 59, segunda época, p. 22-36, dez. 2019.

SILVA, Cristhian Teófilo da. Indigenismo como ideologia e prática de dominação: apontamentos teóricos para uma etnografia do indigenismo latino-americano em perspectiva comparada. **Latin American Research Review**, v. 47, n. 1, p. 16-34, 2012.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.

VILLORO, Luis. **Los grandes momentos del indigenismo en México**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

YANKELEVICH, Pablo. En la retaguardia de la Revolución Mexicana: Propaganda y propagandistas mexicanos en América Latina, 1914-1920. **Mexican Studies/Estudios Mexicanos**, v. 15, n. 1, p. 35-71, 1999.

YANKELEVICH, Pablo. Migración, mestizaje y xenofobia en México (1910-1950). **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas**, Anuário de História de América Latina, n.54, p. 129-156, dez. 2017.

SOBRE A AUTORA

Nathália Alves Louzada Boaventura é mestranda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Recebido em 31/03/2024

Aceito em 17/05/2024